Dubai e os Emirados Árabes Unidos

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Em 2022, Dubai criou o primeiro regulador do mundo dedicado exclusivamente a ativos virtuais. A Lei nº 4 de 2022, que regula os ativos virtuais no Emirado de Dubai, foi editada em 28 de fevereiro de 2022. Ela instituiu a Dubai Virtual Assets Regulatory Authority (VARA) como entidade pública com competência sobre as atividades com ativos virtuais no Emirado, incluindo suas zonas francas. O Dubai International Financial Centre está excluído, porque ali a Dubai Financial Services Authority regula com base em seu próprio conjunto de regras.[1] A VARA publicou seus regulamentos (rulebooks) em fevereiro de 2023 e, desde então, tem licenciado bolsas, corretoras, custodiantes e consultores em um ritmo que nenhum outro regulador acompanha. O ADGM de Abu Dhabi regula os ativos virtuais por meio de sua Financial Services Regulatory Authority desde 2018 e atraiu bolsas e as tesourarias de várias fundações de protocolo.

O atrativo para um cliente de Singapura ou da Suíça é evidente: nenhum imposto de renda de pessoa física, um imposto sobre as sociedades de nove por cento desde junho de 2023, com isenções para a renda qualificada de zonas francas, um regulador que licencia em poucos meses e um governo que corteja o setor abertamente. As reservas são igualmente evidentes. O regime é jovem e foi revisado repetidas vezes.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O acesso a bancos para empresas licenciadas continua mais difícil do que em Singapura. Os tribunais de Dubai fora das zonas francas aplicam o direito civil em árabe, de modo que apenas os tribunais do DIFC oferecem contencioso de common law em inglês. E a inclusão dos Emirados Árabes Unidos pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (FATF/GAFI) na lista de jurisdições sob monitoramento reforçado, de março de 2022 a fevereiro de 2024, mostrou com que rapidez o risco reputacional pode se instalar.[2] A Parte O, Capítulo IV compara por completo o regime dos Emirados. Na minha prática, Dubai aparece mais frequentemente como a terceira jurisdição de uma estrutura, escolhida para uma entidade de negociação ou de formação de mercado que precisa de uma licença rápida, enquanto a tesouraria permanece em Zug e o fundo em Singapura.

Notas

1. Law No. (4) of 2022 Regulating Virtual Assets in the Emirate of Dubai, editada em 28 de fevereiro de 2022, art. 3 (âmbito: o Emirado, incluindo as zonas especiais de desenvolvimento e as zonas francas, excluído o Dubai International Financial Centre) e art. 4 (instituição da Dubai Virtual Assets Regulatory Authority), texto conforme publicado no portal Dubai Legislation. ↩

2. FATF, "Jurisdictions under Increased Monitoring", inclusão dos Emirados Árabes Unidos em março de 2022 e exclusão em fevereiro de 2024; UAE Federal Decree-Law No. 47 of 2022 on the Taxation of Corporations and Businesses, em vigor para os exercícios iniciados em 1º de junho de 2023 ou depois. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.